

O instinto de poder na ordem social

ARMANDO GODOY FILHO
(Eng. cl. L do Q.P. do Ministério
da Fazenda)

II

VII — O INDIVÍDUO, SEU MEIO, SUAS ASPIRAÇÕES

AS CONSIDERAÇÕES que a seguir faremos não devem ser apreciadas em caráter positivo ou verdadeiramente científico. São meras hipóteses explicativas de alguns fatos da atividade psico-sociológica, que a nossa experiência tem podido observar.

Isto porque, se apreciarmos o quadro histórico das muitas teorias que tem sido formuladas para explicar os fenômenos psíquicos, verificamos que diversas, dentre elas, entraram em moda, atingiram o seu apogeu, depois, em dado momento, diante de contradições verificadas, alguém se lembrou de arranjar melhores e mais completas explicações para os fatos analisados ou conhecidos, dando nascimento a novas teorias, etc.

Como a verdade deve ser uma só, somos forçados a concluir que algumas explicações dos processos psíquicos ainda podem ser consideradas mais sob o domínio da metafísica do que das ordens científicas, positivas e imutáveis.

O certo é que o homem não se contenta com a simples constatação dos fatos: — carece sempre de uma explicação que satisfaça a sua curiosidade intelectual.

O reconhecimento da própria incapacidade para a descoberta das causas reais dos acontecimentos, desagrada à mentalidade, dando ao indivíduo uma sensação de inferioridade. Ao invés disso, ele prefere desenvolver uma teoria subjetiva, ligando as verdades, acreditadas como tal pela sua mente, com as novas impressões recebidas do exterior através dos sentidos e relativas aos fatos que envolvem os fenômenos em exame.

Esse processo, muitas vezes, é lógico, mas pode não coincidir com a explicação única, verdadeira, da marcha real dos acontecimentos que se ligam

aos fenômenos em estudo. E, para que essa explicação pudesse ser tomada em caráter positivo de verdade científica, tornar-se-ia necessário um controle experimental metuculoso de acontecimentos semelhantes reproduzidos sempre segundo os mesmos processos e diante das mesmas causas previstas ou inicialmente introduzidas no sistema em experiência.

Vemos, de antemão, que esse controle experimental, para explicar os fatos interiores da mentalidade humana, é muito difícil, principalmente se os resultados almejados forem de ordem mensurável.

E' bem verdade que hoje, pelo estabelecimento de analogias, rigorosamente controladas, em relação a fatos fisiológicos passíveis de medida, por meio de secreções glandulares que são ponderáveis, já se vai, com o desenvolvimento da teoria dos reflexos condicionados de PAVLOV, tentando levar para o mecanismo cerebral o velho processo seguro e preciso da experimentação usada nas ciências físicas.

De fato, esse método, de notáveis perspectivas para o futuro da psicologia, procura envolver, justamente, essa ciência na fisiologia, para dar aos fenômenos daquela uma explicação mais física, de ordem neurológica.

Voltando ao exame que vinhamos fazendo das teorias puramente subjetivas dos fenômenos psíquicos, julgamos que elas devem ser consideradas, principalmente, como artifícios explicativos, aceitos pela mentalidade dos homens para justificar certos acontecimentos. E' bem possível que alguma, dentre as muitas surgidas ou por surgir, consiga foros de verdade, consagrando-se na ordem imutável das ciências; mas, enquanto a inteligência humana não encontrar uma forma experimental de comprovar seguramente o seu valor científico, dentro da

sã filosofia não devem ser consideradas senão como hipóteses ou formas metafísicas de justificativa daqueles fenômenos.

O certo, porém, é que prestam serviço à mentalidade dos homens e servem, muitas vezes, de verdadeiro trampolim para os saltos da imaginação no alcance de grandes descobertas.

Elas também, a nosso ver, podem ser consideradas como originárias do instinto de poder atuando na mentalidade dos homens. E a coisa parece se processar mais ou menos dessa maneira: — o indivíduo, normalmente, custa a aceitar a idéia da sua incapacidade para explicar os acontecimentos observados; procura, então, achar uma saída lógica para a sua dificuldade, formulando a sua hipótese, quase sempre, por um processo de analogia com outras ocorrências semelhantes, por ele conhecidas; dessa forma ele contenta o seu "ego", porque o envolve de uma impressão agradável de domínio dos fatos ou de poder do indivíduo sobre os acontecimentos, explicando-os.

Embora alongando um pouco essas considerações preliminares, de ordem filosófica, vamos citar um exemplo real, assistido pelo autor, no decurso de sua vida profissional de engenheiro, para justificar a nossa tese sobre o mérito relativo das fórmulas puramente subjetivas para explicação de certos fenômenos.

Uma tarde, estávamos examinando uma pequena ponte em construção, da estrada Areias-Caxambú, na serra da Mantiqueira, quando desabou uma grande tempestade. Procurámos, então, abrigo no rancho mais perto do local, que era habitado por pedreiros e alguns serventes. Como a tempestade se prolongasse, ali tivemos de permanecer por muito tempo, distraíndo-nos em ouvir a palestra do pessoal e meditar sobre as considerações que eram feitas, por aquela gente rude, a propósito de vários assuntos.

Assim, ao terminar o estrondo causado por um dos muitos raios que caíram, um dos pedreiros disse: "Parece que esta nuvem rebentou com toda a dinamite do depósito!"

Outro, que era de nacionalidade estrangeira, retrucou: "Tu não sabes que as nuvens não arrebatam; elas se esbarram umas às outras como pedras que descem pela grotta abaixo quando se rebenta uma pedreira, e vão tirando fogo para todo lado. Falam que teem *enletricidade*, mas,

para mim, é o mesmo que fogo que sai de duas pedras que se esbarram!"

O primeiro, que também não havia nascido no Brasil, tornou a objetar: "*Pra* mim é mesmo a *enletricidade* que faz o relâmpago e a trovoadá; tu vê, a nuvem vem pesada de água e está cheia de *enletricidade*, como se fosse dinamite que estivesse espalhada por todo lado; quando ela se esbarra com a outra, rebenta a *enletricidade*, faz o trovão e cai o fogo cá *pra baixo*".

A discussão continuou em torno do assunto, e, quanto mais se acalorava, mais os indivíduos sentiam e davam impressão de que as suas opiniões eram convictas, traduzindo a verdade absoluta dos fatos!

Em dado momento, porém, fui chamado à intervir, afim de julgar as opiniões manifestadas. Então, chamei um preto velho, servente de pedreiro, que estava a um canto do rancho, encolhido por causa do frio de suas roupas molhadas, e perguntei-lhe: Que acha você sobre a trovoadá? — "*Pra* mim é Deus que manda, sim *Sinhô!*" respondeu ele.

A minha resposta, em vista da filosofia que procurei tirar daquela experiência, foi a seguinte:

"Cada um de vocês tem a razão que julga ter, e, na realidade, nenhum tem a noção exata do que se passa quando se dá o relâmpago. Eu estudei estes assuntos nos livros, mas, não vou procurar explicar-lhes o que aprendi, porque as minhas idéias não poderiam ser completamente entendidas por vocês. Contudo, devo ser sincero; — o que os livros dizem, para explicar certas coisas como a trovoadá e os relâmpagos, não deve, também, ser tomado como a verdade final e absoluta sobre elas; isto porque, de um dia para outro, alguém pode fazer uma nova descoberta e verificar que toda essa explicação que está nos livros não serve, achando coisa melhor. Assim, eu também poderia vir a não ter de fato razão se fosse tomar parte na discussão de vocês, afim de defender a minha explicação sobre as causas íntimas dos relâmpagos. O único fato, para todos nós, que deve ser tido como certo, mas certo de verdade, porque pode ser observado, em qualquer tempo, pelos nossos sentidos, é que o raio queima a árvore quando a atinge e a trovoadá faz barulho, incomodando os nossos ouvidos". E, neste ponto, suspendemos a discussão. (Julgamos, aqui,

indispensável este pequeno parêntese, para que o leitor não venha a fazer um juízo menos verdadeiro a propósito da filosofia que procurámos aplicar ao caso, a qual, infelizmente, não poderia subir a considerações muito elevadas, pela deficiência de cultura do pessoal a que era dirigida; mas, para o leitor, continuamos).

Quanto à natureza elétrica do relâmpago, também não se pode ter dúvidas, à vista do controle experimental que a ciência tem realizado. Mas, no que diz respeito ao íntimo de muitos acontecimentos dessa natureza, faltando a exata verificação experimental dos seus processos reais de efetivação, a justificativa dos livros pode, ainda, com o tempo, vir a ser substituída por outra mais moderna.

Serve este exemplo para esclarecer, perfeitamente, a relatividade da apreciação dos fatos pelos indivíduos, de acordo com a mentalidade de cada um.

Alem disso, os indivíduos procuram explicar as coisas com a linguagem que lhes é peculiar, tomando para termo de comparação, sob a forma de analogia, os fatos mais objetivos do trato corrente.

Meditando, ainda, sobre a palestra dos pedreiros, pensamos que Augusto Conte devia ter razão quando formulou a sua lei dos três estados: *teológico, metafísico e positivo*, aplicável à evolução da mentalidade dos homens, na sua tentativa de esclarecer as causas reais dos fenômenos observados durante a existência.

Possivelmente, ainda voltaremos a tratar dessa experiência, simples e de aparência sincera, de uma discussão entre indivíduos rudes e analfabetos, quando entrarmos no estudo da psicologia das opiniões.

Por enquanto ela nos serviu apenas para justificar o nosso conceito sobre o mérito relativo das teorias puramente imaginativas ou subjetivas, como instrumento de explicação dos fatos realmente observáveis pelo homem, direta ou indiretamente, através dos sentidos.

Entrando agora, mais diretamente, no assunto desse capítulo, podemos começar com uma sentença, que reflete a apreciação da nossa mentalidade em relação aos fatos anteriormente examinados:

a) todo indivíduo constitui um sistema complexo de apreciação dos fatos que observa no ex-

terior, através dos sentidos, e a sua mentalidade se esforça por explicá-los, procurando adaptar-se à justificativa dos mesmos;

b) as imagens de que dispõe cada pessoa, no cérebro, fornecidas pelos sentidos (e combinadas entre si pela inteligência), constituem a aprendizagem; a inteligência joga com elas em relação às novas imagens que, permanentemente, vão chegando ao conhecimento do indivíduo, para conseguir o entendimento ou auto-justificativa dos fatos observados;

c) a inteligência goza da faculdade feliz de combinar imagens ou fatos interiores para estabelecer conclusões; mas, pela imperfeição do aparelho mental do homem, essas conclusões não devem ser consideradas absolutamente verdadeiras, sem um controle experimental, objetivo, em face dos fatos a que se referiram;

d) no processo de entendimento ou de adaptação da mentalidade aos novos fatos observados, a importância da lógica está, precisamente, na forma ordenada da linguagem e da expressão com que ela procura engrenar fatos novos com anteriores, exemplificados ou subjetivamente já tomados como certos pela mente;

e) desde que os fatos não permitam, porém, um exame metódico e ponderado de todas as suas relações, torna-se difícil o estabelecimento das razões verdadeiras a que estão sujeitos, devendo o indivíduo desconfiar do poder exclusivo da lógica para justificá-los;

f) o entendimento de uma exposição nem sempre significa que ela traduza a verdade real dos fatos;

g) entre a época, o meio social, o nível do conhecimento ou de experiência deste e o indivíduo, há sempre uma grande dependência no sentido de uma adaptação, tanto quanto possível uniforme, da mentalidade, na justificativa ou aceitação geral dos fatos que repetidamente a impressionam; essa uniformidade aproximada, que representa o senso comum, é tanto mais exata, de indivíduo para indivíduo, quanto se refira a fatos simples ou que comportem medida ou tradução sob forma matemática; o senso comum varia, com a evolução dos conhecimentos humanos, de época para época, bem como, naturalmente, entre indivíduos de meios diferentes; ele depende, para um mesmo indivíduo, do trato permanente com os seus seme-

lhantes ou com as manifestações intelectuais destes;

h) admitindo-se a hipótese de uma evolução sempre progressiva da espécie humana e dos seus conhecimentos, através dos tempos, e, por conseguinte, da mentalidade dos homens e do senso comum, — o resíduo que nesta permanecer constante, inalterável diante da observação dos fatos e justificativa dos mesmos pela inteligência, deverá ser a verdadeira sabedoria, isto é, a ciência e a boa filosofia.

Depois dessa ressalva que fizemos sobre o valor relativo das hipóteses e teorias puramente imaginativas, julgamo-nos com o direito de interpretar os fenômenos apreciados pela nossa mentalidade, livremente, da maneira que melhor satisfaça à nossa compreensão.

Vamos, agora, então, procurar esquematizar certos processos psíquicos, em linguagem simbólica, exclusivamente como artifício de raciocínio, necessário ao entendimento de alguns fatos psicológicos observados na vida social.

Admitimos que o organismo do homem seja dirigido por um comando central, a que chamamos "ego", em atenção ao grande psicanalista Freud.

Quanto ao aspecto neurológico da questão, isto é, se o "ego" deve estar localizado aqui, ali ou acolá, no cérebro do homem, não nos interessa. Pode ser mesmo (o que é mais provável) que ele resulte da ação solidária, por intermédio das comunicações nervosas e do plasma sanguíneo, de todas as células ou elementos vitais do corpo. (Os estudos de Carrel, sobre a vida dos tecidos de animais, isolados do corpo, corroboram esse ponto de vista). (7)

O que mais nos interessa, porém, desse "ego" simbólico, no conjunto orgânico do *homo sapiens*, são as suas atribuições ou responsabilidades biológicas na direção geral do ser.

Se imaginarmos o corpo humano subdividido em órgãos, com responsabilidades definidas, mas perfeitamente coordenados ou articulados uns aos outros em vista da atividade permanente a desenvolver, caberá ao "ego" a maior responsabilidade no governo dessa ordem vital assim esquematizada.

(7) ALEXIS CARREL — *O Homem, Esse Desconhecido* — Ed. Educação Nacional.

Observando-se os fatos da vida psico-sociológica do meio em que vivemos, procurando analisá-los, afim de pesquisar as razões sempre presentes no caso das mesmas manifestações do comportamento humano, estamos, verdadeiramente, buscando a ciência, na precisão das relações entre causa e efeito dos fenômenos apreciados. Mas, diante dos seus objetivos elevados, na pesquisa das verdades, a inteligência precisa, inevitavelmente como já dissemos, lançar mão de grande número de hipóteses simbólicas, relacionadas aos acontecimentos em exame, da mesma forma que o construtor carece de andaimes, que pode desprezar posteriormente, para executar a sua obra. Parece para nós aceitável, portanto, nessa ordem simbólica de raciocínio, atribuir-se ao "ego", no todo biológico, as seguintes funções precípua:

I — manter a vida, ou responder, de um modo geral, pela defesa do patrimônio biológico a que pertence e que constitui a individualidade;

II — assegurar, durante a existência do indivíduo, a continuidade vitoriosa do mesmo no meio em que vive, bem como fazer prevalecer ou perdurar tudo que nele tiver origem, desde que interesse ao prestígio ou à satisfação da individualidade;

III — promover, tanto quanto possível, pela reprodução, a continuidade, através da espécie, dos característicos biológicos do organismo a que se acha ligado e assegurar, de melhor maneira que puder, a subsistência e o êxito dos seus descendentes;

IV — manter a solidariedade ativa e defensiva entre indivíduos do mesmo grupo social; fundamentalmente, porém, como meio de defesa da própria individualidade ou das suas manifestações interessantes.

A esses atributos da individualidade, que são espontâneos e independem da aprendizagem ou da educação, preferimos denominar fatos instintivos; nascem com o ser biológico e estão intimamente solidários com o destino da espécie. (Torna-se importante observar, do ponto de vista sociológico, a relativa constância desses atributos, através dos séculos, pois Buda, seiscentos anos antes de Cristo, já os havia notado, quase todos).

Não vamos aqui, por fugir aos objetivos deste pequeno trabalho, estudar a origem desses atributos na evolução da espécie, nem examinar deti-

damente a razão de ser da discriminação acima, quanto às responsabilidades do "ego".

Elas resultaram, para o autor, não só da aceitação da opinião de alguns mestres de psicologia, como também, principalmente, da observação e análise de vários fatos da vida corrente.

Acreditamos, porem, e aqui devemos destacar esse ponto de vista, que os atributos do "ego" tenham surgido, — primeiro, de uma força criadora que determinou as leis gerais de todo o Universo, e que, entre estas, estabeleceu as de formação e evolução da vida. Esse poder, incompreensível para a inteligência, postulado precípua de todas as construções da nossa mentalidade, por muitos povos tem recebido o grandioso nome de Deus.

Alem disso, complementarmente, essas funções do "ego" podem ter nascido e se desenvolvido, no ser humano, em consequência de uma adaptação sempre forçada dos indivíduos ao seu *habitat* ou ao seu meio, diante da necessidade primordial de viver e de promover a continuação da vida.

Julgamos conveniente, contudo, por parecer interessante ao desenvolvimento futuro deste trabalho, descrever, a seguir, uma das observações ou experiências psicológicas que nos levaram a definir os atributos secundários do "ego", contidos no item IV.

"Trata-se do caso de um menino de dois anos e meio, de inteligência normal, boa saúde e aparência de perfeito equilíbrio mental para a sua idade.

Nas suas manifestações egoístas, quando procurava apoderar-se dos brinquedos da irmã mais velha, de seis anos, e ao ser advertido por esta, que tentava, com cuidado, tomar dele o objeto, reagia sempre valentemente, insistindo na posse do mesmo e, por vezes, chegando a agredir a irmã, para conseguí-lo.

O pai, então, intervindo na luta, tomava do pequenino o objeto e entregava-o à irmanzinha. Depois da admoestação costumeira de ordem educativa, feita pelo pai, o menino, esboçando um beijo e ar de choro, característicos do choque sentimental, na sua primeira reação, naturalmente instintiva, levado pela sensação da grande inferioridade de força em relação ao pai, procurava apelar para a solidariedade de outrem, a seu favor. (A experiência algumas vezes teve ocasião de

ser repetida, ora o pai, ora a mãe, representando, no caso, o papel principal de educador).

O interessante é que, nessa procura de apoio ou de solidariedade seguida, normalmente, a escala decrescente dos seus maiores afetos; primeiro apelava para a mãe (ou para o pai, na experiência inversa); se esta não o apoiava, apelava então para o avô, dizendo: "vou chamar o vovô para bater no papai;" De certa feita, o pai disse: "vovô não pode com o papai; então, o pequenino retrucou, vcu chamar o sôdado pra prendê o papai!"

Desse simples fato, de aparência sem importância (tratando-se porem, do caso de um menino de menos de três anos, no qual a consciência apenas começava a desabrochar), julgamos poder tirar algumas conclusões, que nos parecem muito uteis ao nosso estudo.

Para não nos alongarmos demasiadamente na análise minuciosa dos fatos precedentemente citados, preferimos concluir ou sintetizar, com alguma generalização, ligada a outras experiências do autor, deixando aos cuidados da inteligência do leitor o trabalho de raciocinar, se assim lhe parecer indispensável.

Dessas experiências, então, concluímos:

a) a solidariedade humana tem sua origem fundamental na necessidade de apoio recíproco entre os homens para a realização de seus objetivos primordiais; desde, portanto, que haja contraposição séria de interesses entre os indivíduos, a solidariedade termina por desaparecer, dominada pelos instintos mais fortes da individualidade;

b) a forma afetiva, da amizade, por exemplo, é o grande reforço da solidariedade instintiva, mas só pode, em geral, perdurar, quando não interveham decididamente, outros instintos mais violentos do ser biológico; assim, uma razoável harmonia de interesses ou de pontos de vista entre os homens e a ausência de fortes competições, são fatores indispensáveis ao desenvolvimento da solidariedade e da amizade entre eles; o próprio valor de alguém, por maior que seja, só pode ser convenientemente apreciado pelos elementos de um grupo social, quando esse alguém se achar fora das competições desse grupo;

c) a idéia de posse imediata da coisa desejada é instintiva ou espontânea na individualidade, cabendo às ações restritivas do caráter, fixadas na

mentalidade pela educação e pelo convívio social, regular ou limitar a sua influência; a ausência indefinida de controle nas ações administrativas em que a individualidade esteja permanentemente sob a influência dos estímulos da coisa desejada, deve ser tida como perigosa e capaz de corromper os homens de educação média, pouco aferrados à idéia viva e principal da moralidade; a verdadeira moralidade, na ordem social, parece resultar do equilíbrio, mais ou menos estável, entre os desejos naturais e instintivos do homem e o temor de censura ou de crítica que possa abalar o prestígio da sua individualidade.

Partindo da mesma experiência, associada a outras observações, julgamos poder ainda fazer uma generalização: — *Toda manifestação dos instintos é sempre mais ou menos reforçada, em cada caso, por um sentimento correspondente que a eles se associa.* Assim, por exemplo, o amor é o mais sublime reforço biológico do instinto sexual ou de continuação da vida através da espécie. E o ódio pode nascer de um interesse defensivo da individualidade, ou mesmo agressivo, no sentido da prevalência indispensável das atitudes, das opiniões e do prestígio do indivíduo em relação a outrem ou ao meio social a que pertence. Daí, concebermos o sentimento como a forma biológica escolhida pela natureza para determinar a concentração de força e preparação adequada de todos os elementos vitais do organismo para o alcance, manutenção ou defesa do seu íntimo objetivo emanado do "ego"; ele tem, para cada caso, a intensidade e a coloração que convem à individualidade e se prende diretamente ao instinto principal a que estiver relacionado esse objetivo.

Depois de havermos fixado os atributos do "ego", vamos tentar, agora, dar uma idéia materializada da sua posição no comando da individualidade sem procurarmos, no entretanto, entrar com muita profundidade nessa matéria psicológica, perigosa e insegura para as apreciações e generalizações da inteligência humana; daremos, apenas, uma ligeira idéia simbólica e objetiva de certos processos psíquicos, que seja tanto quanto possível simples, para facilitar a compreensão do assunto pelos leitores menos acostumados com ele. Trata-se, apenas, de uma analogia para ajudar o raciocínio no estudo da questão, sem qualquer hipótese de significação real.

Admitiremos, assim, que esse "ego", centro de todas as manifestações da individualidade, seja re-

presentado por um ponto, gozando da propriedade de promover ações ou reações mais ou menos intensas da pessoa, interiores ou exteriores, e que dependem sempre da capacidade vital do indivíduo ou dos característicos biológicos a este inerentes.

Cumpre-nos, ainda, aceitar um postulado biológico, que firma a hierarquia ativa e defensiva do "ego" no todo individual, e, segundo esta, as alterações ou mutações do psiquismo devem sempre corresponder ao interesse primordial de servir ao "ego" que, por sua vez, procura, em primeiro lugar, defender ou manter a vida.

Todas as outras funções mentais, por conseguinte, devem ser consideradas órgãos auxiliares ou de cooperação desse governo central do nosso ser.

Envolvendo esse ponto imaginado, a pequena distância do mesmo, em primeiro lugar, dentre os órgãos auxiliares, vem uma membrana esférica, imaginária, a que denominamos *écran* de sensibilidade do "ego". Ela se destina a analisar e filtrar as impressões recebidas, ora diretamente da imaginação, ora do mundo exterior, por intermédio dessa, ou mesmo, nos casos de importância imediata para a defesa da vida, podendo receber os avisos de perigo, por exemplo, encaminhados pelos sentidos, automaticamente, sem reflexão conciente ou ação imaginativa. Esse conjunto, além de poder comunicar-se com todas as partes da estrutura mental, está constantemente banhado pelo líquido vital do sentimento, cuja contestura química a membrana de sensibilidade do "ego" goza do poder de alterar, em cada caso, de conformidade com as manifestações do indivíduo que a direção central venha a julgar necessárias ou indispensáveis.

As insinuações do meio sobre o indivíduo, passando através da imaginação, chegam até o *écran* de sensibilidade do "ego", para aí percutir, promovendo a reação instintiva daquele. *Esta reação pode ser um desejo ou uma repulsão e, ao ato de percutir o écran, podemos chamar de emoção.*

Os desejos parecem corresponder aos toques ou insinuações do meio ou da própria imaginação, afetando, na sensibilidade do "ego", a sua parte feliz, isto é, aquela em que ele cumpre a sua missão mediante o entusiasmo ou alegria do todo biológico que ele comanda. As repulsões devem corresponder à parte contrária, isto é, às reações de dor, que, além de determinarem no

organismo as providências necessárias à sua defesa, servem de aviso contra as suas faltas, que ocasionaram essas repulsões e podem deixar no caráter traços acentuados ou inibições, capazes de impedir a repetição dos mesmos erros.

Tanto os desejos como as repulsões passam a afetar instantaneamente a contestura química do líquido vital (do sentimento), determinando a manifestação de um sentimento correspondente que estimula todas as partes do organismo para o cumprimento das ordens emenadas do "ego".

Dito isso, vamos agora lançar mão de um artifício geométrico, para que o leitor possa claramente entender a distinção por nós feita, neste estudo, entre individualidade e personalidade.

Admitiremos que o sistema mental, governado pelo "ego", seja coberto por uma superfície envolvente, ligada à memória, que possa marcar todas as atitudes exteriores do indivíduo, isto é, a cada ponto da mesma, em comunicação com o "ego", deve corresponder uma atitude ou movimento sensível ou visível da pessoa. A sucessão desses pontos, permanentemente em contato com o "ego", determina o gráfico mental do comportamento, que define a personalidade de cada indivíduo. (Os "behavioristas" (8) (9), que se preocupam exclusivamente com a psicologia das atitudes ou do comportamento procurariam, se esse gráfico existisse, fazer a sua ciência a partir dos elementos nele contidos).

Assim, julgamos que a individualidade, para o efeito do nosso trabalho, deva representar o todo bio-psicológico do ser humano, com seus conflitos psíquicos internos e sua química sentimental; ao passo que a personalidade é apenas a exteriorização, internamente controlada ou censurada, da individualidade, na sua representação social da grande peça da existência no teatro da Humanidade.

Esse gráfico pode apresentar certas particularidades notáveis, que merecem ser apreciadas.

Quando o indivíduo nasce, por exemplo, essa superfície de movimento da personalidade deve ser considerada quase completamente livre e desimpedida para as manifestações do "ego" ou ati-

tudes mais instintivas do comportamento. Na verdade, contudo, a personalidade não deixa de possuir, também, as suas tendências hereditárias.

O que parece interessante acentuar, porém, é que, com o tempo, durante a experiência social, sob a influência, provavelmente, do desejo de imitação (que, também, parece ser um fato instintivo, muito observável nas crianças) dos exemplos alheios, das sugestões de outras pessoas, das emoções de temor ou dos choques, mais ou menos intensos, entre desejos e repulsões, vão se criando na memória das atitudes, no que interessa, por conseguinte, a essa superfície de movimento da personalidade, verdadeiros caminhos livres ou de fácil movimentação, outros difíceis ou cheios de obstáculos, e, finalmente, pontos ou passagens fortificados, constituídos pelas resistências morais e pelos "tabús".

Tudo isso vai sendo criado, pouco a pouco, desde a primeira infância, no psiquismo do ser humano, à custa da experiência ou da aprendizagem, e constitui a tradição bio-educacional da individualidade.

Os caminhos livres, acima referidos, representam, principalmente, os hábitos da pessoa, os quais, em face da biologia, podem ser compreendidos como uma espécie de aceitação universal, pela ordem da vida, da lei de Kepler, ou da continuação do movimento, que governa a Mecânica Geral.

No grupo das dificuldades à movimentação franca do comportamento, o que encontramos de mais interessante são as restrições sagradas da personalidade, que têm merecido a denominação de "tabús". Elas são meros receios enquistados na memória do comportamento ou espectros do castigo e lembram certas instituições religiosas que proibiam o contacto com objetos sagrados.

Assim, os movimentos ou manifestações exteriores da individualidade não são completamente livres; eles obedecem, continuamente, à tradição ou inércia da experiência psicológica da pessoa. As leis biológicas que determinam essas maneiras de agir do ser vital ou do homem, foram sabiamente estabelecidas pelo poder criador do Universo, para garantir a sobrevivência dos animais, em face dos perigos e tormentos a que constantemente estão expostos.

A esse fato psicológico, ou tendência individual, para a repetição mais ou menos permanente das

(8) DRABS, SOLLIER — *La Psychotechnique* — Ed.: Comité Central Industriel de Belgique.

(9) H. PIÉRON — (Trad. Prof. Lourenço Filho) — *Psicologia Experimental* — Ed. Melhoramentos de São Paulo.

mesmas atitudes em face de circunstâncias semelhantes apresentadas pelo meio à sua imaginação, podemos denominar *princípio da repetição ou da inércia psicológica*. (A estatística aplicada à ordem social, encontra seu apoio fundamental nesse princípio; sem ele, ela não poderia existir).

Depois dessa divagação, vamos retornar ao nosso caminho principal, tratando do "ego".

Este, na ordem do psiquismo, desempenha a sua função, na maioria dos casos, de duas maneiras:

- a) por influência das lembranças ou da memória refletindo na imaginação; e
- b) por influência do ambiente ou suas insinuações, levadas a todo instante pelos sentidos até a imaginação.

Quando, porém, o "ego", em face dos seus atributos de chefe, sente-se inspirado pelos desejos a conduzir as manifestações exteriores da individualidade em contraposição às restrições do caráter, encontra, então, a censura imediata das lembranças, ou impressões das coisas perigosas e erradas da tradição psicológica, que atuam mais como repercussão de temores ou inibição instantânea (isto é, pelo efeito emotivo, neutralizante dos desejos, sobre o próprio "ego"), do que como recordação dos fatos perigosos que a eles se associaram na memória da vida passada: — o indivíduo esquece os fatos ou as causas das inibições da personalidade e guarda, apenas, o espectro das emoções desagradáveis que a eles se associaram; esse espectro, em qualquer tempo, está sempre pronto a impressionar o "ego" (lembra a importância do bicho papão, nos receios infantís), como uma espécie de remorso instantâneo dos seus erros passados.

Neste ponto, não podemos deixar de fazer uma referência à importância do dever na orientação da personalidade.

A noção do cumprimento do dever pode, também, influir na atividade ou na manifestação produtiva da individualidade, agindo, a nosso ver, sob dois processos psicológicos:

- a) a atividade, realizada sob a influência da idéia do dever a ser cumprido, não satisfaz, de forma alguma, às inspirações felizes do "ego", ou não resulta de desejos, mas atende às repulsões, diante das lembranças de receio ou prejuízos futuros para a individualidade pelo não cumprimento do dever (esta é a forma tipicamente dis-

ciplinar das ações pessoais; ela pode chegar a adquirir um poder de repercussão semi-automático, ou sem reflexão, no comando da personalidade, por influência do hábito ou sucessão das mesmas ordens, perfeitamente observável na disciplina militar);

b) a atividade, no cumprimento do dever, associa-se a uma esperança de grandeza, para a individualidade, que emociona o "ego", dando nascimento a um desejo de ação pela glória ou manifestação da superioridade individual; esta, do ponto de vista da eficiência e da felicidade da pessoa no trabalho, é a melhor forma, a nosso juízo, para o cumprimento do dever, e a única capaz de conquistar a colaboração e a dedicação sinceras, que nascem do íntimo da individualidade. Napoleão compreendeu bem a importância do instinto de poder, na ordem militar, quando estabeleceu o simbolismo da glória, nas cruces e medalhas distribuídas aos seus valentes soldados.

Em face da biologia e, mais especialmente, da psicologia, devemos admitir, como postulado básico do estudo do comportamento humano, a idéia de que *todas as manifestações da individualidade tem um fundo egoísta*.

Essas manifestações, em muitos casos, podem ter uma aparência externa perfeitamente altruísta. Assim acontece, por exemplo, nas atitudes de pesar, de piedade, de auxílio aos fracos ou naufragos da existência e outras. Mas, para os psicólogos, essas nobres expressões do comportamento humano, filhas da sociabilidade, devem ter suas razões íntimas na própria individualidade, embora possam estar ocultas, muitas vezes, até para o próprio agente. A piedade, por exemplo, na história biológica da evolução do homem em sociedade deve lembrar, no psiquismo, a solidariedade indispensável do forte para com o fraco, diante da imagem contrária, para o primeiro, tomada diariamente do exemplo social, de que um dia poderá ser fraco e vir a precisar dos fortes em seu auxílio. (Quase todas as religiões sentiram o mérito do processo de compensação psicológica, entre ações ou sacrifícios e expectativas de recompensas, bem assim no estímulo ao cumprimento das suas determinações ou no consolo dos aflitos e sofredores, diante da promessa das infinitas venturas do Alem).

Alem disso, os psicólogos, apreciando, em média, o mérito das atividades gerais dos homens em sociedade, são obrigados a reconhecer que as

formas chamadas altruistas da personalidade, em face de certas situações essenciais da individualidade, são abatidas por forças egoístas de maior importância no ser biológico.

Os instintos, quase sempre, não se manifestam isolados na movimentação externa da individualidade; em geral agem compensativamente, predominando sempre, no indivíduo normal e nas situações difíceis, aqueles que mais diretamente se prendam à defesa vitoriosa da vida ou da sua continuação através da espécie.

As manifestações egoístas do indivíduo em sociedade, felizmente, na maioria dos casos, pendem mais para o bem e para o justo do que para o mal; isto porque o bem e o justo devem ser tidos como as formas biológicas normais de reação da sensibilidade do *écran* do "ego". (Neste particular, pelo menos, J. J. Rousseau (10) devia ter alguma razão quando afirmava que o homem é bom, nasce bom e a sociedade o corrompe. Esta concepção, no entretanto, não pode ser tão amplamente aceita, porque, o maior ou menor grau de bondade ou de maldade, de indivíduo para indivíduo, varia, também com os característicos hereditários dos mesmos).

As únicas forças que, de fato, se contrapõem às manifestações livres dos instintos, nascem da própria individualidade e são as restrições do caráter.

Em certas circunstâncias, no entretanto, a ação do "ego" pode insistir em conduzir a personalidade de encontro às restrições morais ou aos "tabús" do psiquismo. Felizmente, porém, para a sociedade, eles são difíceis de serem derrotados e resistem à luta, surgindo, em alguns casos, o drama psicológico da individualidade, no conflito entre os desejos ou suas paixões e a honra ou segurança do caráter.

Pode acontecer que, desse conflito entre o desejo ou interesse íntimo da individualidade e as restrições do caráter, resulte grandes modificações químicas no líquido do sentimento, as quais, muitas vezes, terminam por produzir alterações permanentes do caráter ou das manifestações da personalidade. Nesse caso, também, segundo pensamos, pode haver mudança no grau de sensibilidade do *écran* do "ego".

O interessante, porém, é que essas alterações parecem ter sempre, do ponto de vista biológico, o objetivo de compensar a insatisfação normal do "ego", cujo desejo primeiramente se dirigia no sentido do impossível ou do censurado.

Assim, sob a influência do sentimento, a mentalidade procura adaptar-se, convenientemente, às contingências da realidade, por vezes invertendo fatos ou situações, de maneira a dar ao "ego" (seu grande chefe), finalmente, uma impressão de vitória, ou, pelo menos, resguardá-lo pela insensibilidade, contra os efeitos sempre penosos do meio e permanentemente contrários à satisfação normal dos seus íntimos desejos ou aspirações.

Nas lutas inglórias e duradouras da individualidade para vencer as barreiras do meio social contrárias às suas aspirações de progresso emanadas do instinto de poder, essas perturbações ou anomalias da mentalidade podem surgir.

Nesse ponto do nosso trabalho, julgamos interessante fazer um esquema, tanto quanto possível materializado, de algumas das principais funções psíquicas do ser humano, afim de ajudarmos o leitor a compreender e a aceitar as vantagens práticas da concepção teórica aqui admitida para a ordem mental, partindo do "ego" como centro de todas as atividades psicológicas. Assim, admitiremos, imaginativamente, recapitulando e generalizando, que os processos psicológicos correspondam ao seguinte esquema:

a) a mentalidade forma-se, quanto ao seu material de trabalho, das impressões recebidas do exterior através dos sentidos;

b) essas impressões ou imagens gravam-se, na memória, sempre solidariamente com as lembranças das emoções de pesar ou de bem estar que conseguiram despertar no "ego";

c) essas imagens devem ocupar, na memória da coisa entendida, posições adequadas em que se associem ou se adaptem satisfatoriamente às suas correlatas, já ali arrumadas em épocas anteriores;

d) as imagens que não conseguem encontrar a sua posição conveniente são recalçadas para a parte inferior e mais desordenada da memória e, de lá, esperam a sua oportunidade de subir à galeria superior das idéias nobres, constituída das verdades consagradas pelo "ego"; nesse plano inferior, algumas jazem amortecidas por toda a vida,

(10) *Los Grandes Pensadores* — Ed. Escuela Moderna — Barcelona — Capítulos XIII a XVIII (Do Contrato Social).

em vista do desinteresse causado ao "ego" por ocasião da sua passagem pela imaginação; outras, pelo contrário, permanecem vivendo ou vibrando, no seu plano de inferioridade (apesar do recalque sofrido, da parte da atenção, diante do reconhecimento da sua incapacidade para arrumá-las no arquivo nobre do entendimento), sob a ação da energia do interesse do "ego", a elas comunicado durante a estadia das mesmas na imaginação, até que possam encontrar uma oportunidade de alcançar o nível superior da memória; toda vez que o conseguem, proporcionam uma sensação de desabafo ou de alívio ao "ego", em consequência do entendimento; nesse plano inferior também devem ficar todas as lembranças de incertezas, de dúvida ou de indecisão, de remorso e de insatisfação dos grandes desejos ou paixões recalçados; nem todo esse material, no entretanto, se extingue completamente ou cai no esquecimento, porque algumas lembranças esperam ou espreitam as oportunidades de fraqueza da individualidade, para fazer valer a sua energia recalçada que pede expansão diante do prazer ou da alegria do "ego"; *na concepção de Freud, este plano inferior da memória deve estar no subconsciente*; (não trataremos aqui da memória puramente decorativa, que é uma espécie de ante-sala da memória da coisa entendida);

e) a atenção conciente pode ser tida como uma espécie de visão, durante a vigília, dirigida do "ego" para a imaginação, e a imaginação é o quadro vivo da individualidade onde são recebidas e submetidas à apreciação do "ego", tanto as imagens externas, fornecidas pelos sentidos, como as internas, reavivadas na memória pela atenção; convém ponderar que a atenção só pode se dirigir, em cada instante, a uma imagem ou grupo de imagens associadas;

f) a imaginação funciona como se fosse um foco luminoso, projetado do "ego", passeiando sobre a superfície da memória, de um lado para outro, e nela projetando, permanentemente, as imagens fornecidas pelos sentidos; a atenção parece guiar a imaginação neste movimento constante sobre o plano da memória, e, ao mesmo tempo, procura a melhor arrumação para as imagens que chegam, ou para as que lá já estão e podem merecer disposições mais interessantes ao entendimento, no interesse do juízo, das aspirações ou objetivos do "ego"; (o "ego" aprecia os fatos que deve julgar, de acordo com as impressões do bem ou do

mal que esses fatos podem produzir no seu écran de sensibilidade, depois de confrontados, na sua passagem pela imaginação, com as impressões morais existentes na memória);

g) a inteligência é todo esse processo de combinação ou de arrumação de imagens; ela está sempre movimentando essas imagens ou idéias, de maneira a ordená-las sob formas estéticas cada vez mais interessantes ao "ego", e dispendo-as sempre, associativamente, na ordem de correlação dos fatos exteriores a que se relacionem; a função da lógica está, justamente, no encaminhamento desse processo demonstrativo da correlação que deve existir entre as idéias associadas e os fatos;

h) toda vez que a inteligência consegue uma posição estética satisfatória para o agrupamento associativo de idéias correlatas dá-se o entendimento, o qual nada mais é que uma forma especial de contentamento do "ego", *afetando o instinto de poder*;

i) nesse trabalho de mera organização do arquivo mental, pela inteligência, a lógica desempenha a função de servidor habil, capaz de encontrar facilmente a posição desejada para o material em exame que, pouco a pouco, vai chegando do exterior para o arquivo ou mesmo dele saindo durante as manifestações sociais do indivíduo;

j) quando essa posição não aparece facilmente (podendo mesmo dar-se o caso de não haver no cérebro vaga adequada para as imagens novas que chegam, por falta de cabedal ou cultura), mas desde que haja para o "ego" interesse fundamental de encontrar posição própria para as imagens em vista, então a sua sensibilidade reage, determinando o aparecimento da vontade (que é uma forma especial de sentimento, ou de alteração química do líquido vital que envolve o "ego"), que faculta ao organismo uma apropriada concentração de energia, sob a influência da atenção, para ser consumida no trabalho de resolver a dificuldade; — *a vontade, então, nesse esquema, é uma forma de sentimento emanado do instinto de poder*;

l) a sensação íntima de prazer, no ato da solução de uma dificuldade, ou da resolução de um problema pela inteligência, por exemplo, é de natureza psico-fisiológica; parece resultar, inicialmente, de um choque emotivo da sensibilidade de prazer do "ego", o qual começa por descarregar a mentalidade e o todo biológico, do seu estado de

tensão anterior (preocupação), em que se achava, sob a influência sentimental da vontade; durante a preocupação, o organismo, no cumprimento dedicado das ordens emanadas do "ego", emprega a fundo todas as suas reservas de energia acumuladas, por toda parte, nos tecidos, utilizando-as no trabalho interno necessário para vencer a dificuldade; atingido o *desideratum*, o organismo trata de providenciar, o mais rapidamente que for possível, a recuperação dessa energia de reserva dos seus tecidos, e, durante esse trabalho de recuperação, o indivíduo torna-se geralmente um pouco desatento e possuído de uma lassidão agradável;

m) o caráter é a memória das atitudes ou imagens do comportamento, associadas a emoções de receio ou de respeito, de admiração ou de imitação, quer pela experiência própria, quer pelo exemplo ou conhecimento e aceitação íntima da experiência alheia, que restringem, impedem ou orientam, pela lembrança, a movimentação livre e egoísta da personalidade;

n) a personalidade é a manifestação externa, visível ou sensível, da individualidade no meio social; resulta, sempre, do encaminhamento apertado das ordens de ação, emanadas do "ego", por entre as lembranças de coisas proibidas, ou inibidas e prejudiciais; essas lembranças são gravadas na memória, associativamente com as emoções de pesar ou de temor, em benefício da harmonia do indivíduo com os perigos ou censuras da vida social; a sinceridade é um dos aspectos da personalidade.

A sinceridade, nas manifestações sociais, é sempre mais ou menos elástica de indivíduo para indivíduo, e pode ser admitida como o resultado das seguintes fases do processo mental:

a) reconhecimento da verdade pelo "ego" em face da imaginação;

b) necessidade egoísta, muitas vezes, de conformar a apresentação externa do fato julgado pelo "ego" de acordo com o íntimo interesse deste, que defende, antes de mais nada, a individualidade e suas aspirações;

c) reação do caráter ou justaposição das ordens, filhas da conveniência, e emanadas do "ego", ao grau de sinceridade que devem ter diante da manutenção do equilíbrio moral da pessoa;

d) ela depende, também, na fase de julgamento ou de conformação do fato, verdadeiramente conhecido, aos interesses do "ego", dos caracterís-

ticos hereditários do indivíduo, mais ou menos propensos para o bem ou para o mal, para o certo ou para o injusto e ligados ao seu écran de sensibilidade.

Parece-nos, ainda, interessante, fazer aqui uma consideração filosófica sobre a memória e a inteligência.

A memória do homem, esse admirável aparelho de arranjo sistemático e de guarda dos conhecimentos, na sua ordem de formação biológica, em relação ao quadro de certos fatos ou leis gerais que governam a atividade universal, parece ter guardado alguma afinidade ou similitude entre o fato aparente e real da natureza e a posição ou espaço infinitesimal nela reservado para a imagem do mesmo.

Poderemos assim dizer, pelo estabelecimento de uma analogia, que a memória é o grande filme, em miniatura, da verdade universal, cabendo à inteligência, com o auxílio da experiência, a missão de revelá-lo.

Nesse filme, há sempre lugares mais destacados para as verdades evidentes e para os fatos intuitivos ou de entendimento imediato.

Devemos, ainda, ponderar que a inteligência, na ordem social, tem, fundamentalmente, um objetivo: *analisar os fatos, para compreendê-los, afim de utilizá-los em benefício do homem e da coletividade.*

Cumpre-nos, agora, fazer algumas considerações sobre a importância da adaptação do indivíduo às contingências do meio .

A natureza dotou o homem e os demais seres vivos da faculdade de promover atrofia internas, num sentido, e hipertrofias noutros, de maneira que o ser biológico possa, da melhor forma possível, tirar partido de sua posição no meio, vivendo e promovendo a continuação da vida. Nesses processos de adaptação, que resultam sempre de mudanças de estado do equilíbrio psicofisiológico do indivíduo, se as variações, ou novas exigências do meio, não são demasiado intensas ou bruscas, correspondendo, naturalmente, à capacidade elástica de funcionamento dos órgãos para atender a essas mutações previstas pela natureza — o aspecto externo da individualidade, isto é, a sua personalidade, não chega a ser afetada.

Há casos, porém, em que tal não acontece, pela violência das mutações do meio ambiente, do trabalho, das lutas ou dos conflitos da individuali-

dade com as dificuldades do meio; então, o organismo trata de arranjar as coisas, da melhor maneira possível, pondo de lado, no entretanto, mais o aspecto externo da sua individualidade, e cuidando de defender, principalmente, as condições básicas, de ordem interna, indispensáveis à manutenção da vida. Procura, assim, antes da personalidade que é a fachada da individualidade, defender e contentar o "ego", que comanda toda a ordem vital, devendo merecer, por essa razão, os maiores cuidados da natureza.

Alem disso, há na natureza do homem certas leis de economia interna que se refletem sempre na personalidade e no trabalho ou atividade produtiva do indivíduo.

Uma delas é a lei do menor esforço.

O todo orgânico, biologicamente, diante de uma preocupação da natureza de manter o indivíduo sempre em bom estado, ou melhor, munido de reservas de energia vital em quantidade suficiente para os possíveis embates do futuro, faz a sua previsão ou a sua economia, não só guardando nos tecidos sobras alimentares, como também evitando que elas sejam despendidas em excesso ou inutilmente, em face da missão individual a ser cumprida. Assim, a lei biológica do menor esforço, que sempre se reflete nas atividades de ordem animal, afeta o homem, atinge a sua personalidade e domina toda a organização da produção econômica da vida social.

Há um aspecto interessante, da aplicação dessa lei, no caso individual, que pode dar margem a considerações filosóficas. Isto porque, na prática, verificamos que, se o trabalho é empolgante e entusiasmo a individualidade, a produção é farta, a fadiga é mínima e a felicidade é grande.

Nesse caso, a lei do menor esforço deixa de afetar tão profundamente a mentalidade do homem, permitindo uma despesa ampla, quase sem

restrições, das reservas orgânicas da energia acumulada nos tecidos. E por que razão?

Claro que o sentimento desempenha nesse processo biológico o seu grande papel. Mas de que forma?

E' bem possível que a natureza, que escolheu a forma do prazer sexual para a perpetuação da vida, e a dor, como aviso do perigo ou da morte, tenha deixado, na memória íntima da evolução do ser biológico, associativamente à marca da luta esperada em face do temor e do desagradavel ou enfandinho, a determinação de reservar ou economizar forças, para o seu emprego, em grande escala, na batalha em expectativa.

Pode-se compreender melhor esse processo psicológico, quando se está diante de um trabalho longo e muito aborrecido: — o indivíduo, pouco a pouco, vai se sentindo enervado, denunciando uma preparação biológica para a luta, e em dado instante pode chegar à imaginação um desejo quase desesperado de abandonar o trabalho. (Nessa situação, se alguém, por exemplo, tocar de leve o calo do paciente, apanhará na certa!).

Assim, quando falta o incentivo do prazer, o organismo procura guardar-se, num estado de economia quasi absoluta de energia, na expectativa de uma luta iminente, onde essa energia deva ser utilizada ao máximo para a sobrevivência, na batalha da vida. (Os exércitos modernos procedem dessa forma, com os seus homens, que são obrigados a repousar, tanto quanto possível, antes dos combates próximos).

O prazer, pelo contrário, lembra, para o indivíduo, na memória histórica da espécie, a presa dominada, o alimento facil e a recuperação biológica imediata da energia dispendida na luta.

Por isso, a forma de prazer ou de entusiasmo deve ser fundamentalmente a escolhida para se conseguir a aplicação eficiente do indivíduo ou do servidor ao trabalho.